

Um chamado contra juros altos

Cartagena — As 11 nações latino-americanas mais endividadas fizeram em Cartagena um chamado aos organismos financeiros internacionais para que reduzam as taxas de juros, diferenciem os pagamentos das nações com problemas e não obriguem o comprometimento das reservas provenientes das exportações além de um nível razoável.

O chamado "Consenso de Cartagena" foi subscrito anteontem à noite pelos 22 ministros das Relações Exteriores e da Fazenda da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Os ministros deliberaram durante cerca de 12 horas entre anteontem e ontem para buscar um acordo na declaração que se divide em uma parte política e outra técnica, para um total de 15 páginas com aproximadamente quatro mil palavras.

Os ministros começaram por assinalar que a América Latina atravessa uma crise sem precedentes, "caracterizada por uma severa diminuição do produto interno por habitante".

Depois observam que isto vem produzindo uma alta taxa de desemprego, baixando os níveis atuais de ingresso de capitais a números de uma década atrás.

Destacaram que, em grande medida, a crise ora enfrentada pela região se deve a fatores externos "alheios ao controle dos países latino-americanos que nos últimos quatro anos viram diminuir suas exportações e aumentar as importações".

Assinalaram que a recessão industrial entre 1980-83 e "o estancamento das economias dos países industrializados, além da deterioração de intercâmbios e o ressurgimento de políticas protecionistas e restritivas ao comércio por parte das economias industrializadas, provocaram graves retrocessos no volume e na estrutura das exportações da região".

Sustentaram que o valor acumulado da dívida externa da América Latina é superior à metade de seu produto interno bruto ou a três vezes suas exportações anuais. Sublinharam também que alta das taxas de juros deste ano equivale a um mês de exportações da região, convertendo os latino-americanos em exportadores líquidos de recursos financeiros.

Indicaram que o problema da dívida latino-americana obedece a mudanças drásticas nas condições em que originalmente se contrataram os créditos, especialmente no que se refere à liquidez e taxas de juros, o grau de participação dos organismos multilaterais de crédito na estrutura da dívida e as perspectivas de crescimento econômico.

Reiteraram a decisão amplamente demonstrada por seus países de cumprir com os compromissos derivados de seu endividamento externo e a determinação de prosseguir com os esforços de reordenamento monetário, fiscal e cambial de suas economias para a retomada do desenvolvimento econômico, sem que isto signifique em nenhum caso descuidar dos deveres dos governos de garantir o bem-estar e a estabilidade social e política de seus povos.

Reafirmaram que estes esforços vêm exigindo sacrifícios importantes dos níveis de vida da população latino-americana, que em alguns casos está chegando a limites extremos, e ratificaram a decisão de seus governos de não se precipitar a uma situação de insolvência forçada e continuado estancamento econômico.

Sublinharam que a condução das negociações em matéria de dívida externa é responsabilidade de cada país, mas também concordaram que "neste marco de referência deve-se ter em conta a co-responsabilidade das partes envolvidas na busca de uma solução permanente ao problema, ou seja, os governos dos países credores, os organismos financeiros e os bancos internacionais".

Estabeleceram uma estreita relação entre os problemas da dívida, o financiamento e o comércio, para fortalecer a capacidade de pagamento da região estimulando o crescimento econômico através do aumento das exportações e da manutenção de níveis adequados à capacidade para importar.

Sublinharam que os investimentos estrangeiros diretos podem desempenhar um papel complementar por seu porte de capitais e por sua contribuição à transferência de tecnologia, à criação de novos empregos e à geração de exportações, sempre que se atenham às políticas e legislações de cada um dos países.